

**Análise Funcional: Uma Revisão da Literatura sobre Teoria e Prática na Análise do
Comportamento**

Adriano Henrique Santo

Jalmir Batista da Silva

Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA

Nota dos Autores

Jalmir Batista da Silva, discente do Curso de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA; Adriano Henrique Santo, discente do Curso de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA; Artur V. Pitanga, docente do Curso de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA.

A correspondência referente a este artigo deve ser endereçada a Joicy Mara R. Rolindo, Departamento de Psicologia, Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA, Avenida Universitária, km. 3,5 – Cidade Universitária – Anápolis - GO – CEP: 75.083-515. Anápolis-GO. E-mail: joicy.rolindo@unievangelica.edu.br

Resumo

O presente trabalho buscou examinar, de forma sistemática, a literatura disponível sobre a análise funcional, um recurso utilizado pelo analista do comportamento, como o núcleo do tratamento terapêutico em sua prática clínica. O objetivo foi o de obter uma maior compreensão de seu conceito como forma de reduzir a distância entre as bases teóricas e a aplicação clínica. No decorrer do estudo, foram analisadas, a partir de alguns autores, definições com seus destaques, suas contribuições e perspectiva principal. Também foi estudado a contribuição da análise funcional na formulação comportamental, que consiste na coleta e organização das informações pertinentes ao comportamento problema, passando a discorrer sobre os passos didáticos que permitam sua realização de forma mais efetiva pelo analista do comportamento, tanto a análise funcional molar, como a molecular. E, por fim, foram considerados alguns desafios que se apresentam na aplicação da análise funcional diante da complexidade do comportamento humano e das contingências que o envolvem.

Palavras-Chave: análise funcional, terapia comportamental, terapia analítico-comportamental

Análise Funcional: Uma Revisão da Literatura sobre Teoria e Prática na Análise do Comportamento

A Análise Funcional, segundo Matos (1999), pode ser compreendida como uma explicação de um evento a partir da descrição de suas relações com outros eventos. Inicialmente utilizada em áreas como a matemática, a física e as ciências biológicas, passou a ser empregada, também, nas ciências psicológicas, especialmente na Análise do Comportamento, desde as formulações de Skinner (Neno, 2003).

O termo Análise Funcional é amplamente empregado por analistas do comportamento em atividades científicas, didáticas e clínicas (Costa; Marinho, 2002). No contexto terapêutico, constitui-se como um alicerce fundamental da prática analítico-comportamental, sendo considerada o método mais eficaz para planejar condições que favoreçam a generalização e manutenção de mudanças comportamentais. Além disso, possibilita uma interpretação histórica do comportamento, evitando explicações mentalistas e mediacionais (Nery; Fonseca, 2018).

Apesar de sua relevância, a construção de análises funcionais enfrenta diversos desafios, entre eles a necessidade de definir, com clareza, as unidades de análise e o nível de detalhamento das relações a serem investigadas.

Nesse contexto, a proposta deste trabalho é revisar a literatura existente sobre a Análise Funcional, buscando promover uma compreensão mais aprofundada de seus conceitos centrais e oferecer ao analista do comportamento uma visão integrada e aplicável à prática clínica. Espera-se, assim, não apenas esclarecer seus fundamentos teóricos, mas também estimular reflexões críticas sobre sua evolução, seus limites e sua implementação no cenário terapêutico contemporâneo.

O tema escolhido para este estudo, “Análise Funcional: uma revisão da literatura sobre teoria e prática na Análise do Comportamento”, concentra-se exclusivamente no campo da Análise do Comportamento. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, com o objetivo de investigar os fundamentos teóricos, o desenvolvimento histórico do conceito, seus principais componentes e etapas metodológicas, bem como sua aplicação prática na clínica comportamental.

A Análise Funcional tem se consolidado como uma ferramenta essencial na Terapia Analítico-Comportamental, todavia sua efetividade pode ser comprometida pelo distanciamento entre teoria e prática. Essa lacuna tem gerado diversidade de definições e processos, o que dificulta sua padronização e reduz sua aplicabilidade. Dessa forma, a presente

revisão busca sistematizar o conhecimento existente, promovendo maior clareza conceitual e contribuindo para a formação de profissionais mais preparados.

De modo geral, este estudo pretende analisar criticamente a literatura disponível sobre o tema, visando reduzir a distância entre os fundamentos teóricos e sua aplicação clínica. O objetivo geral é compreender como o conceito de Análise Funcional tem sido definido, desenvolvido e aplicado dentro da Análise do Comportamento.

Como objetivos específicos, propõe-se:

- a) Analisar as diferentes definições atribuídas ao termo “Análise Funcional” ao longo de sua evolução histórica;
- b) Compreender a contribuição da Análise Funcional na formulação comportamental;
- c) Descrever as etapas que compõem a prática da Análise Funcional no cotidiano clínico;
- d) Identificar desafios e dificuldades enfrentados na aplicação clínica desse procedimento.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua, mesmo de modo modesto, para a consolidação teórica e prática da Análise Funcional, oferecendo subsídios que auxiliem o analista do comportamento a alcançar resultados clínicos mais efetivos e a promover mudanças significativas na vida de seus pacientes.

Referencial Teórico

O termo Behaviorismo, originário da palavra inglesa *behavior* (comportamento), designa uma filosofia da ciência que se dedica ao estudo do comportamento observável. Em sua trajetória histórica, o behaviorismo passou por três grandes estágios: o behaviorismo metodológico, representado por John B. Watson; o neobehaviorismo, desenvolvido por autores como Tolman, Hull e Skinner; e o sociobehaviorismo, associado a Bandura e Rotter (Schultz;Schultz, 2005).

Entre todos os estudiosos behavioristas, o mais proeminente foi B. F. Skinner, considerado, segundo Schultz e Schultz (2005), o psicólogo mais influente do século XX. Skinner desenvolveu sua própria concepção filosófica, o Behaviorismo Radical, expressão cujo termo radical, conforme Marçal (2010), deriva de “raiz”, indicando sua intenção de compreender o comportamento em sua totalidade, distinguindo-se das demais vertentes behavioristas.

O Behaviorismo Radical propõe um modelo selecionista de causalidade, no qual o comportamento é explicado pela interação entre o organismo e o ambiente, buscando identificar relações funcionais entre eventos comportamentais e ambientais, ou seja, compreender o comportamento em função de seu valor de sobrevivência. Nesse modelo, Skinner (1953/1989) desenvolveu o conceito de contingência tríplice, que se tornou central na compreensão de comportamentos sob controle de suas consequências. Essa formulação envolve três elementos fundamentais — estímulo antecedente, resposta e consequência — e busca responder às seguintes perguntas: O que acontece? Em quais circunstâncias? Com quais consequências? (Vandenberghe, 2002).

Com base nessa estrutura, Skinner formulou três níveis de causalidade do comportamento: o filogenético, relacionado à herança biológica da espécie; o ontogenético, referente à história de aprendizagem individual; e o cultural, ligado às práticas sociais e valores compartilhados (Moreira; Medeiros, 2007).

Enquanto determinista, Skinner rejeitou explicações baseadas em causas mentais hipotéticas, substituindo-as por uma análise das funções comportamentais. Assim, privilegiou a descrição empírica das relações entre comportamento e ambiente em vez de interpretações mediadas por constructos mentais (Moreira; Medeiros, 2007).

Segundo Marçal (2010), a vasta obra de Skinner exerceu — e ainda exerce — profundo impacto em diversas áreas da psicologia e da cultura contemporânea. Seus princípios influenciaram significativamente o campo da Psicologia Clínica, especialmente a partir da década de 1950, quando foram aplicados à Análise Comportamental Clínica, também conhecida como Terapia Analítico-Comportamental (TAC).

A Terapia Comportamental, ou Terapia por Contingências de Reforçamento, segundo Guilhardi (2004), consiste em um processo sistemático de aplicação de procedimentos e técnicas baseados em princípios comportamentais, com o objetivo de modificar comportamentos específicos e promover repertórios mais adaptativos.

No contexto clínico, o analista do comportamento coleta informações a partir de fontes diretas e indiretas — como observação do comportamento, autorrelatos e registros do paciente, organizando esses dados por meio da formulação comportamental. De acordo com Moreira e Medeiros (2007), essa formulação constitui uma maneira de organizar as informações de um caso clínico, englobando diferentes tópicos que permitem compreender o funcionamento do paciente. Entre esses tópicos, destaca-se a Análise Funcional dos comportamentos-alvo, considerada o núcleo central do processo terapêutico e o principal instrumento para compreender, prever e intervir sobre o comportamento humano.

A Análise Funcional, segundo Matos (1999), pode ser compreendida como uma explicação de um evento pela descrição de suas relações com outros eventos. Essa análise pode ocorrer em dois níveis: o molecular (microanálise) e o molar (macroanálise). Essa é fundamentada em dois eixos principais: o paradigma operante e o respondente (Moreira; Medeiros, 2007).

Ainda, de acordo com Matos (1999), o analista do comportamento, ao realizar a Análise Funcional, deve seguir uma sequência de passos previamente definidos. Além de dominar os princípios teóricos comportamentais conforme Moreira e Medeiros (2007).

As vantagens de uma Análise Funcional integrada são amplas. Ela permite identificar as variáveis determinantes do comportamento, planejar condições que favoreçam a generalização e manutenção das mudanças e analisar as relações entre eventos, mesmo quando separados por longos intervalos de tempo. Ademais, possibilita uma interpretação histórica do comportamento, evitando explicações mediacionistas (Nery; Fonseca, 2018). Outra vantagem essencial é o fato de essa ferramenta acompanhar o terapeuta em todas as etapas do processo clínico, desde a avaliação inicial até a finalização (Matos, 1999), garantindo um planejamento mais eficaz e contribuindo para a generalização das mudanças comportamentais alcançadas.

Apesar de suas inúmeras contribuições, a construção de análises funcionais enfrenta diversos desafios. Entre eles, destaca-se a necessidade de definir claramente a unidade de análise a ser estudada. Outrossim, a principal fonte de informação frequentemente se restringe à observação direta do comportamento e aos relatos do paciente. O contexto clínico, por sua vez, pode envolver comportamentos complexos, exigindo a consideração de múltiplas fontes de dados para uma análise mais robusta (Nery; Fonseca, 2018).

Ademais, algumas abordagens partem de uma perspectiva contextual, segundo a qual, a análise deve ser recursiva, ou seja, incluir as relações entre diferentes variáveis, considerando, também, os eventos encobertos e o contexto sociocomunicativo do paciente. É igualmente fundamental reconhecer o papel ativo do analista no ambiente terapêutico, pois sua participação e suas respostas podem influenciar diretamente o processo de intervenção (Nery; Fonseca, 2018).

Contribuição da Análise Funcional na Formulação Comportamental

Em um atendimento clínico, o analista do comportamento, no geral, conta com duas fontes de informações: observação direta dos comportamentos do paciente emitidos na presença do psicólogo e informações indiretas por meio de seu relato verbal (Moreira; Medeiros 2007).

Mediante a coleta desses dados, deve-se identificar os comportamentos alvos, os que têm relação direta ou indireta com a queixa como parte do processo para definir os objetivos do tratamento. Esses objetivos só podem ser definidos após a realização da análise funcional que é parte integrante da formulação comportamental.

A formulação comportamental é parte imprescindível no processo terapêutico, e consiste numa organização das informações obtidas relacionadas às queixas do paciente (Marçal, 2010). Nela se pode identificar variáveis e contingências de controle responsáveis pela etiologia e manutenção do comportamento disfuncional.

A formulação comportamental segue uma estrutura específica, composta por: “1. Dados do caso; 2. Queixa; 3. História; 4. Comportamentos alvo; 5. Análises Funcionais; 6. Propostas de intervenção; 7. Resultados obtidos; e 8. Conclusões” (Moreira; Medeiros, 2007).

Entre essas etapas, a Análise Funcional é considerada o núcleo da formulação comportamental e do processo terapêutico, pois permite compreender as contingências responsáveis por um comportamento e suas mudanças ao longo do tempo.

A Análise Funcional é um dos instrumentos mais valiosos para a prática clínica do analista do comportamento. Conforme destacam Moreira e Medeiros (2007), ela deve ser compreendida sempre em termos funcionais, não meramente topográficos, analisando as relações entre o comportamento e o ambiente nem apenas sua forma ou estrutura. Essa interação comportamental é descrita a partir dos paradigmas respondente e operante, de modo que o analista busca organizar o comportamento do paciente dentro de um desses paradigmas e identificar seus determinantes, condição fundamental para prever e controlar o comportamento de forma tecnicamente adequada.

A Análise Funcional acompanha o terapeuta desde o início até o final do processo clínico. Nesse percurso, Nery e Fonseca (2018) identificam dois modelos de análises funcionais no contexto clínico: análises funcionais moleculares (microanálises) e análises Funcionais molares (macroanálises). Ambas possuem finalidades distintas, mas complementares, e seguem passos sistemáticos para sua realização.

A Análise Funcional Molecular concentra-se na identificação de contingências específicas, relevantes para compreender um comportamento delimitado em um contexto também específico. Trata-se da base sobre a qual se constroem análises funcionais mais amplas. Segundo Nery e Fonseca (2018), seus passos são:

- a) Identificar a resposta – incluir eventos públicos e privados relacionados ao comportamento;

- b) Identificar os antecedentes – condições e circunstâncias sob as quais o comportamento ocorre;
- c) Identificar as consequências – estímulos produzidos no ambiente após a resposta;
- d) Identificar os processos – especificar qual contingência está em operação, considerando a relação entre resposta e consequência;
- e) Identificar possíveis efeitos – subprodutos da contingência operante que fortalecem ou enfraquecem a probabilidade futura da resposta.

Essa etapa fornece uma base detalhada e precisa para entender o comportamento de modo pontual e contextualizado.

Já a Análise Funcional Molar apresenta uma abordagem mais ampla e integrativa. Baseada na Análise Funcional Molecular, ela incorpora informações obtidas ao longo do tempo, permitindo ao terapeuta compreender padrões comportamentais complexos e duradouros. Ainda, segundo as autoras, seus passos são:

- a) Identificar padrões comportamentais – comportamentos diferentes que aparecem em múltiplos contextos, mas que cumprem a mesma função;
- b) Identificar a história de aquisição – investigar o provável histórico de aprendizagem desses padrões ao longo da vida do cliente;
- c) Identificar os contextos mantenedores atuais – analisar condições que fortalecem ou mantêm o padrão no presente;
- d) Identificar as consequências que fortalecem ou enfraquecem o padrão – compreender como os efeitos produzidos pelo comportamento contribuem para sua manutenção.

A Análise Funcional Molar oferece uma visão ampla, integrada e histórica, que possibilita ao terapeuta compreender, de maneira mais profunda, o repertório comportamental do paciente.

Ao articular as análises molecular e molar, o analista do comportamento consegue identificar, com precisão, por que o indivíduo se comporta como se comporta, investigando tanto as contingências atuais quanto as históricas que moldaram e mantêm seus padrões comportamentais. Essa integração favorece uma intervenção mais eficaz, funcional e alinhada aos princípios da Análise do Comportamento.

Em síntese, a Análise do Comportamento, especialmente em sua vertente radical, oferece uma estrutura sólida e coerente para a compreensão dos fenômenos psicológicos, articulando o comportamento às contingências ambientais, históricas e culturais que o

constituem. Nesse contexto, a Análise Funcional emerge como o núcleo da prática clínica analítico-comportamental, fornecendo ao terapeuta os instrumentos conceptuais e metodológicos necessários para identificar, explicar e intervir sobre os comportamentos-alvo. Ao integrar microanálises e macroanálises, essa ferramenta permite compreender tanto contingências específicas quanto padrões amplos e duradouros, garantindo intervenções mais precisas, contextualizadas e efetivas.

Assim, o domínio desses princípios não apenas fundamenta a formulação comportamental, mas também sustenta a construção de planos terapêuticos consistentes, possibilitando que o analista do comportamento atue de forma ética, técnica e alinhada com os pressupostos científicos que orientam a Análise do Comportamento. A partir desse embasamento teórico, torna-se possível avançar para a compreensão dos procedimentos metodológicos adotados no presente estudo e examinar como a literatura contribui para o aprimoramento da Análise Funcional na prática clínica contemporânea.

Método

O presente trabalho se constitui de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, de natureza básica, teórica, exploratória, não experimental, dedutiva. O processo utiliza o método de revisão bibliográfica sistemática. Uma revisão sistemática requer uma pergunta clara, a definição de uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.” (Sampaio; Mancini, 2007).

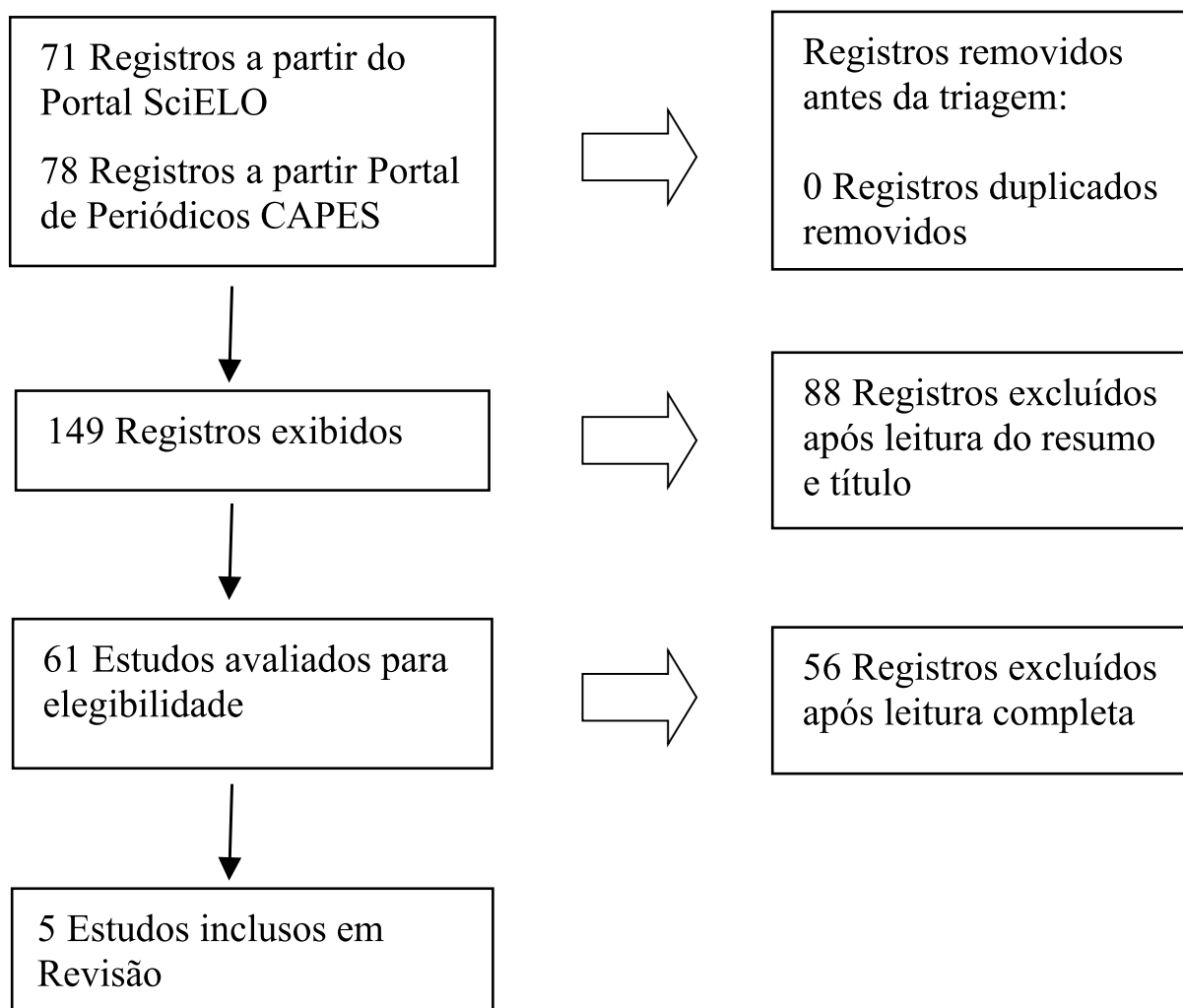
As buscas foram realizadas em dois portais eletrônicos de referência científica: SciELO Brasil e Portal de Periódicos CAPES. No portal SciELO Brasil, foram utilizadas as palavras-chave “Análise Funcional” e “Análise do Comportamento”. A busca inicial resultou em 71 artigos. Após a aplicação dos filtros de língua portuguesa, todas as faixas de ano e área de conhecimento Ciências Humanas, foram selecionados 23 artigos e descartados 48 por não apresentarem relação direta com o tema proposto. Entre os 23 selecionados, apenas dois artigos foram considerados pertinentes ao objetivo desta pesquisa, sendo incluídos na análise final.

Realizou-se, ainda, a busca no Portal de Periódicos CAPES, utilizando as mesmas palavras-chave e filtros aplicados no caso anterior. Essa busca resultou em 78 artigos. Após a filtragem, 40 artigos foram descartados e 38 permaneceram para leitura e análise preliminar. Entre esses, três artigos foram considerados relevantes para a presente revisão e 35 foram excluídos por não atenderem aos critérios de pertinência temática.

Assim, após o processo de pesquisa foram selecionados cinco artigos científicos (dois provenientes do SciELO Brasil e três do Portal CAPES).

Os critérios de inclusão para os estudos serão: publicações que abordem especificamente a Análise do Comportamento no título, artigos revisados por pares, com acervo aberto ou acesso gratuito/institucional aos artigos completos, e publicados no idioma português. Não será estabelecido um limite temporal para a inclusão de estudos, uma vez que não há muitos trabalhos disponíveis sobre o tema. Já os critérios de exclusão incluem trabalhos que tratem da Análise Funcional fora do contexto da Análise do Comportamento, como nos campos das neurociências ou da gestão organizacional, resumos, cartas, editoriais, teses e dissertações, estudos duplicados nas bases de dados e artigos que não apresentem uma metodologia clara.

Figura 1: Fluxograma prisma



Fonte: Os Autores (2025)

Resultados e Discussão

Tabela 1 - Estudos sobre Análise Funcional na Análise do Comportamento

Ano	Autor(es)	Título	Revista	Método	Principais Resultados
1999	Maria Amélia Matos	Análise funcional do comportamento	Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)	Revisão bibliográfica	Identifica o papel do analista do comportamento e propõe cinco passos básicos para a realização da Análise Funcional, apresentando exemplos de aplicação em contextos básicos e aplicados.
2002	Luc Vandenberghe	A prática e as implicações da análise funcional	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	Revisão bibliográfica	Justifica a escolha da Análise Funcional como ferramenta terapêutica, contrastando dois modelos teóricos. Conclui que a Análise Funcional representa uma ruptura com o empirismo tradicional, reconhecendo seu caráter recursivo.
2002	Silvana E. G. de Campos Costa & Maria Luiza Marinho	Um modelo de apresentação de análises funcionais do comportamento	Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)	Revisão bibliográfica	Propõe um modelo padronizado para apresentação de análises funcionais, tornando a descrição das contingências mais clara, replicável e útil para a prática clínica.
2003	Simone Neno	Análise funcional: Definição e aplicação na terapia analítico-comportamental	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	Revisão bibliográfica	Define a Análise Funcional com base em princípios como o selecionismo, o funcionalismo e o externalismo. Destaca a complexidade, variabilidade e caráter idiossincrático das relações comportamentais, bem como critérios pragmáticos para avaliação e intervenção.
2020	Ilma A. G. S. B., Roberta M. Marcon & Johnathan S. Oliveira	Avaliação funcional e sua prática em contextos aplicados	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	Revisão bibliográfica	Diferencia Avaliação Funcional da Análise Funcional, destacando sua cooperação no processo analítico-comportamental. Aponta a eficácia de ambos os métodos e o crescente interesse na literatura e na prática profissional.

Fonte: autores

A análise das publicações selecionadas entre 1999 e 2020 revela um percurso importante no desenvolvimento conceitual, metodológico e aplicado da Análise Funcional (AF) dentro da Análise do Comportamento. Embora todos os estudos revisados adotem o método de revisão bibliográfica, suas contribuições se diferenciam qualitativamente conforme os objetivos teóricos, os contextos de aplicação e as propostas normativas apresentadas por cada autor. Ao examinar essa produção de forma integrada, torna-se possível observar a evolução da AF ao longo de mais de duas décadas, bem como seus avanços, tensões internas e lacunas persistentes.

O trabalho de Maria Amélia Matos (1999) constitui um marco inicial na sistematização da AF no contexto clínico e aplicado. Seu estudo oferece uma definição clara do papel do analista do comportamento, descrevendo cinco passos básicos para a operacionalização da AF e apresentando exemplos tanto de aplicações básicas quanto aplicadas. Dois elementos centrais destacam-se em sua contribuição: primeiro, a importância de uma AF orientada pela função, e não pela topografia do comportamento; segundo, ênfase no papel ativo do analista, que precisa integrar observações diretas, relatos verbais e princípios comportamentais para construir hipóteses funcionais plausíveis.

O estudo de Matos inaugura, no período analisado, uma preocupação com a sistematização técnica da AF, apresentando-a não apenas como uma ferramenta intuitiva ou dependente da experiência clínica, mas como um procedimento estruturado, replicável e fundamentado em princípios. Essa perspectiva representa um avanço significativo, porque estabelece parâmetros para o uso rigoroso da AF e para sua integração com outras etapas da formulação comportamental. A obra também antecipa discussões que serão aprofundadas posteriormente, como a distinção entre análises moleculares e molares e a necessidade de clareza metodológica.

O ano de 2002 revela-se particularmente produtivo ao apresentar duas contribuições distintas, porém complementares, advindas de Luc Vandenberghe e Silvana E. G. de Campos Costa & Maria Luiza Marinho. No estudo de Vandenberghe (2002), observa-se uma ampliação importante do debate sobre a AF, com foco na eficiência terapêutica e no refinamento conceitual. O autor justifica o uso da AF como ferramenta central da prática clínica e contrasta dois modelos teóricos que embasam diferentes usos e compreensões da AF. Um ponto crucial destacado em sua análise é a ideia de que a AF representa uma ruptura com o empirismo tradicional, na medida em que não busca generalizações universais ou explicações causalistas rígidas. Ao contrário, reconhece seu caráter recursivo, flexível e dependente das contingências únicas presentes em cada caso clínico.

Esse argumento marca uma importante transição epistemológica: a AF é compreendida como um processo dinâmico, sustentado por hipóteses que devem ser constantemente testadas e revisadas à luz do comportamento do paciente. Ao mesmo tempo, problematiza a dependência excessiva de modelos molares ou nomotéticos, reforçando a necessidade de uma AF idiográfica, sensível à singularidade dos usos que cada paciente estabelece em suas interações ambientais.

Paralelamente, Costa e Marinho (2002) contribuem de modo decisivo ao proporem um modelo padronizado de apresentação da AF, com foco na clareza, replicabilidade e aplicabilidade clínica. Sua proposta busca minimizar um dos principais desafios observados no campo: a diversidade de formatos e estilos de registro utilizados por terapeutas. Ao oferecer um modelo estrutural e detalhado de apresentação de AFs, as autoras fortalecem a possibilidade de comparação entre casos, supervisão técnica, documentação clínica precisa e, sobretudo, aumentam a aplicabilidade da AF nos contextos em que a padronização é essencial, como instituições de saúde mental e pesquisas experimentais.

A convergência entre as contribuições de Vandenberghe e de Costa e Marinho evidencia que, no início dos anos 2000, surgia uma preocupação conjunta com a sofisticação teórica e a padronização prática da AF, duas dimensões que, até então, caminhavam de modo paralelo, mas não necessariamente articulado.

O estudo de Simone Neno (2003) aprofunda a discussão teórica ao analisar a AF a partir de três princípios fundamentais: selecionismo, funcionalismo e externalismo. A autora destaca que o comportamento é um fenômeno variável, complexo e peculiar, o que exige do analista uma compreensão sofisticada das relações entre comportamento e contingências ambientais. Diferentemente de abordagens estruturalistas ou mentalistas, a AF proposta por Neno (2003) adota um caráter abertamente contextual, privilegiando critérios pragmáticos para avaliação e intervenção.

Um ponto de destaque em sua contribuição é a afirmação de que a AF deve ser analisada sob uma perspectiva prática, e não meramente filosófica. Isso inclui reconhecer que a escolha de níveis de análise (molecular ou molar) não deve ser guiada por preferências teóricas, mas pela utilidade funcional para compreender o caso e promover mudanças terapêuticas. Neno (2003) também enfatiza a necessidade de diferenciar entre o alcance da avaliação e o alcance da intervenção, superando simplificações que poderiam limitar a eficácia clínica. Seu estudo aprofunda a sofisticação teórica da AF, posicionando-a como uma prática essencialmente contextual, pragmática e orientada pela função, não um método protocolar rígido. Assim, contribui para a flexibilização do conceito e para o reconhecimento da AF como um processo contínuo, recursivo e sensível às especificidades do paciente.

Após quase duas décadas de desenvolvimento teórico, o trabalho de Ilma A. G. S. B., Roberta M. Marcon; Johnathan S. Oliveira (2020) marca uma nova fase nas discussões sobre a AF ao propor uma distinção clara entre Avaliação Funcional (AFu) e Análise Funcional (AF). Essa diferenciação é fundamental para o esclarecimento de equívocos conceituais que historicamente dificultam a prática clínica e a comunicação científica.

Segundo os autores, a Avaliação Funcional refere-se ao processo de coleta de dados, organização de informações, levantamento de hipóteses e descrição das relações comportamentais. Já a Análise Funcional, propriamente dita, implica o teste sistemático dessas hipóteses, por meio da manipulação experimental das variáveis relevantes. Essa distinção aproxima a prática clínica da lógica experimental ao propor que o analista não se limite à descrição das contingências, todavia, busque formas de confirmá-las ou refutá-las.

Outro ponto significativo é a observação de que tanto a Avaliação Funcional quanto a Análise Funcional têm demonstrado alta eficácia em contextos aplicados, um achado corroborado pelo crescente interesse da literatura e da prática profissional. Os autores destacam que a AF se beneficia de avanços metodológicos contemporâneos como a análise funcional indireta, o uso de *checklists* padronizados, entrevistas estruturadas e a formulação comportamental baseada em processos.

Essa publicação de 2020 evidencia um amadurecimento teórico e metodológico da AF, que passa a ser compreendida como uma ferramenta não apenas explicativa, como também estratégica para a intervenção, supervisão clínica e tomada de decisões terapêuticas.

A análise integrada da tabela revela um movimento consistente de evolução da AF, que pode ser sintetizado em três grandes eixos:

1. Padronização conceitual e metodológica - autores como Matos (1999), Costa e Marinho (2002) destacam a necessidade de padronização para tornar a AF replicável, clara e tecnicamente sólida, favorecendo seu uso em pesquisa clínica e ensino.
2. Sofisticação filosófica e aprofundamento epistemológico - Vandenberghe (2002) e Neno (2003) ampliam o escopo teórico da AF ao considerar sua natureza recursiva, contextual e pragmática, rejeitando visões simplistas ou estruturalistas.
3. Integração entre avaliação, intervenção e tomada de decisão clínica - a obra de Marcon, Oliveira e colaboradores (2020) representa o estágio mais recente e inovador, diferenciando Avaliação Funcional de Análise Funcional e destacando sua eficácia em contextos aplicados.

A realização da análise funcional requer o domínio de princípios comportamentais como privação, saciação, esquemas de reforçamento, generalização, abstração, controle aversivo,

regras, relações de equivalência, operações estabelecedoras, aprendizagem por observação de modelos, comportamento verbal e outros (Moreira; Medeiros, 2007), pois a busca de relações funcionais estará sempre associada ao reconhecimento da multideterminação do fenômeno comportamental e à seleção de um recorte específico como domínio da análise do comportamento (Neno 2003).

Considerações Finais

Os estudos realizados sobre o tema proposto foram satisfatórios, haja vista que possibilitou uma compreensão mais ampla e profunda da definição de análise funcional e seu desenvolvimento ao longo do tempo, tal como, de alguns aspectos que envolvem sua aplicação clínica. Foi possível concluir que a falta de consenso sobre sua definição demonstra sua riqueza teórica, também sua importante contribuição na formulação comportamental, como também os passos em sua elaboração e os desafios encontrados ao aplicá-la no contexto clínico.

Embora tais contribuições sejam reconhecidas, no entanto, pode-se perceber algumas limitações nesse estudo. Entre elas, o fato de os artigos selecionados serem apenas na língua portuguesa, o que restringiu o acesso a um maior número de definições de análise funcional. Além disso, a pesquisa realizada exclusivamente nos portais Scielo Brasil e CAPES, limitou, assim, o número de produções analisadas. Outra limitação foi o fato de o trabalho não apresentar nenhum exemplo prático de análise funcional, o que poderia enriquecer a discussão teórica com evidências empíricas. À vista disso, sugere-se que estudos futuros supram essas limitações, ampliando a pesquisa a outros idiomas e bases de dados, bem como incluindo análises de casos clínicos que ilustrem a aplicação de conceitos abordados.

Referências

- Britto, I. A. G. de S., Maia Marcon, R., & Johnathan S. Oliveira, I. (2020). Avaliação Funcional e a sua Prática em Contextos Aplicados. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 22(1). <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1045>
- Costa, S. E. G. de C., & Marinho, M. L.. (2002). Um modelo de apresentação de análise funcionais do comportamento. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 19(3), 43–54. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2002000300005>
- Guilhardi, H. J.. (2004). Terapia por Contingências de Reforçamento. Em C. N. de Abreu, & C. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia Comportamental e Cognitivo-comportamental Práticas Clínicas*. (Cap. 1, p. 3). ROCA.
- Marçal, José Vicente de Souza (2018). Behaviorismo Radical e Prática Clínica. Em A. K. C. R. de Arias, F. Nunes, & L. B. Nery (Orgs.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica* (Cap. 2, pp. 101-118). Artmed.
- Matos, M. A.. (1999). Análise funcional do comportamento. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 16(3), 8–18. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X1999000300002>
- Moreira, M. B.; Medeiros, C. A.. (2007). A análise funcional: Aplicação dos conceitos. *Em Princípios básicos de análise do comportamento* (Cap. 9, pp. 146–164). Artmed.
- Neno, S. (2003). Análise funcional: Definição e aplicação na terapia analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 151–165.
- Nery, Loreana, Bezerra.; Fonseca, Flávia. Nunes. (2018). Análises funcionais moleculares e molaes: Um passo a passo. Em A. K. C. R. de Arias, F. Nunes, & L. B. Nery (Orgs.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica* (Cap. 1, pp. 101–118). Artmed.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E..(2009). **História da psicologia moderna** (8ª ed.). Cengage Learning.
- Vandenberghe, L..(2002) A prática e as implicações da análise funcional. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo , v. 4, n. (1), p. 15-28.